

UDR reunirá cinco mil em Brasília contra correção monetária

BRASÍLIA — O Presidente em exercício da União Democrática Ruralista (UDR), Roosevelt Roque dos Santos, disse ontem que, na próxima semana, cerca de cinco mil pessoas — entre produtores rurais e pequenos empresários — estarão em Brasília para pressionar os constituintes. Eles querem que sejam aprovadas as emendas que extinguem a correção monetária nos financiamentos para a agricultura e para as pequenas e médias empresas.

— Queremos assegurar um lobby muito mais expressivo do que aquele realizado por ocasião da votação da reforma agrária pois, agora, a livre iniciativa urbana está ligada ao nosso movimento. Para garantir o sucesso

deste trabalho, começaremos amanhã uma ampla mobilização de nossas 300 regionais — acrescentou ele.

Roosevelt dos Santos disse que a correção monetária em qualquer operação de crédito agrícola é ilegal porque, até o momento, não foi revogada a lei 4829/65, que impede a aplicação de atualização monetária em financiamentos agrícolas.

— O Governo tem que assumir o ônus do fracasso do Plano Cruzado, quando convocou a sociedade a produzir, acenando-lhe com garantias que depois não foram honradas. Os empresários urbanos e rurais não estão mendigando favores, mas exigindo respeito a quem gera riqueza sem especulação — afirmou.

Governo pode reduzir crédito agrícola

BRASÍLIA- A aprovação pela Constituinte de dispositivos que concedem anistia às dívidas dos produtores rurais e das pequenas e médias empresas inviabilizaria o cumprimento da meta de 4 por cento do déficit público, estabelecida para este ano no acordo negociado pelo Governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A alternativa apontada pelos técnicos do Governo para a manutenção da meta de 4 por cento de déficit é a redução dos recursos disponíveis para o custeio da safra agrícola 88/89. Isto afetaria

o nível da produção no período e teria repercussão na oferta interna de alimentos à população.

A ampliação da meta de 4 por cento do déficit público é considerada inviável no Ministério da Fazenda. É justamente em torno dessa meta — negociada diretamente pelo Ministro Mailson da Nóbrega com o Diretor-Gerente do FMI, Michel Candessus — que foi montado o programa de ajuste para o período 88/89. Uma alteração a esta altura significaria novas negociações, com o FMI e com os bancos credores.